

Antonio Augusto Pires Brandão

**O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO
DE DEMANDAS REPETITIVAS
(IRDR): do contexto à otimização**

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2019

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Editora CRV
Revisão: O Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

B794

Brandão, Antonio Augusto Pires.

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR): do contexto à otimização /
Antonio Augusto Pires Brandão – Curitiba : CRV, 2019.
210 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-444-2832-0
DOI 10.24824/978854442832.0

1 Direito. 2. Direito processual civil. 3. Direito coletivo. I. Título. II. Série.

CDU 347.96

CDD 341.46

Índice para catálogo sistemático
1. Direito processual civil 341.46

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2019

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracr.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracr.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO I.....	17
<i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes</i>	
PREFÁCIO II.....	21
<i>Teresa Celina Arruda Alvim</i>	
INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1	
DESAFIOS ATUAIS DA CIÊNCIA PROCESSUAL E SEUS IMPACTOS NOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	
	27
1.1 Esclarecimentos preliminares.....	27
1.2 Intróito.....	27
1.3 Democracia, Participação e Processo.....	31
1.3.1 Contraditório Dinâmico e o “ <i>Iura Novit Curia</i> ”.....	37
1.3.2 Espaço de integração para <i>Amicus Curiae</i> – Destaque no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	41
1.4 Estrutura conceitual do “Processo”.....	45
1.5 Ainda sabemos o que é a Jurisdição?.....	48
1.5.1 Vocação contemporânea para a Jurisdição.....	50
1.5.2 Função Nomofilática nos Tribunais.....	53
1.6 Premissas lançadas.....	57
CAPÍTULO 2	
JUSTIFICATIVAS PARA O INCIDENTE COLETIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	
	59
2.1 Os direitos nas linhas de montagem.....	59
2.2 As demandas que se repetem.....	65
2.3 As ações coletivas e o IRDR.....	73
2.4 Natureza jurídica do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	77
2.4.1 Procedimento-modelo ou Causa-piloto?.....	78
2.4.2 Controle abstrato de “legalidade”.....	81
2.4.3 Técnica de tutela plurindividual.....	84
2.5 Constitucionalidade.....	87
2.6 Os quatro eixos de sustentação do IRDR.....	90

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS-MODELO SIMILARES NO DIREITO COMPARADO.....	95
3.1 Musterverfahren (Alemanha).....	95
3.1.1 Origem.....	95
3.1.2 Procedimento.....	100
3.1.2.1 As questões de fato.....	104
3.1.2.2 Participação dos interessados.....	105
3.1.2.3 Eficácia Vinculante.....	107
3.1.2.4 Custas Processuais.....	109
3.2 Group Litigation Order (GLO) inglês.....	110
3.2.1 Origem.....	110
3.2.2 Procedimento.....	115
3.2.2.1 As questões de fato.....	120
3.2.2.2 Participação dos interessados.....	121
3.2.2.3 Eficácia Vinculante.....	123
3.2.2.4 Custas Processuais.....	124
3.3 O Pilot-Judgment Procedure na Corte Europeia de Direitos Humanos.....	125
3.3.1 Origem.....	125
3.3.2 Procedimento.....	127

CAPÍTULO 4

O PROCEDIMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE
DEMANDAS REPETITIVAS E SUA OTIMIZAÇÃO.....

4.1 Suscitação.....	130
4.1.1 Cabimento.....	130
4.1.2 E as questões de fato?.....	133
4.1.3 Legitimidade para Requerer.....	137
4.1.3.1 Múltiplos requerimentos.....	139
4.1.4 Endereçamento do Pedido.....	139
4.1.5 Desnecessidade de causas pendentes no 2º Grau de jurisdição.....	140
4.2 Processamento.....	143
4.2.1 Admissibilidade.....	143
4.2.2 Estabilização Objetiva do Incidente.....	144
4.2.3 Participação dos interessados.....	147
4.2.4 Escolha da causa representativa.....	153
4.2.5 Importância do aprimoramento dos Regimentos Internos dos tribunais.....	157
4.2.6 Suspensão de processos.....	160
4.2.6.1 Suspensão Parcial.....	162

4.2.6.2 Suspensão Equivocada.....	163
4.2.6.3 Tutelas de urgência.....	164
4.2.7 Instrução do IRDR.....	165
4.3 Julgamento.....	167
4.3.1 Sessão do julgamento.....	167
4.3.1.1 Regulação da Sessão.....	167
4.3.1.2 Julgamento do recurso, da remessa necessária ou do processo de competência originária de onde se originou o incidente – inconstitucionalidade.....	169
4.3.2 Formação de precedente obrigatório?.....	170
4.3.3 Recorribilidade.....	174
4.3.3.1 Recursos Cabíveis.....	174
4.3.3.2 Recorribilidade em IRDR sobre Leis Municipais ou Estaduais.....	176
4.3.4 Isenção de Custas.....	177
4.4 Aplicação e revisão da tese jurídica.....	179
4.4.1 Utilização da tese jurídica e eficácia extraprocessual.....	179
4.4.2 Aplicação aos Juizados Especiais.....	181
4.4.3 Revisão da tese jurídica.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
POSFÁCIO.....	191
<i>Reynaldo Soares da Fonseca</i>	
REFERÊNCIAS.....	195